

O BAIRRO DE ALVALADE

onde vão habitar 45.000 pessoas
 em magníficas casas de rendas acessíveis
 foi solenemente inaugurado
 por um representante do sr. Presidente da República
 e vários membros do Governo

O Bairro de Alvalade—Lisboa Nova, como já é conhecido—foi ontem inaugurado, não ainda com os seus trezentos e tantos prédios, mas só com oitenta e quatro, arrojados, alegres, bonitos, elegantes, e atraentes. Iniciou-se uma obra verdadeiramente social—na plena acepção do termo—porque a palavra envolve larga responsabilidade política e psicológica, e essa responsabilidade, melhor, essa definição, está provada, inteiramente, nesta obra, em que o trabalhador paga para a sua Caixa de Previdência ou para a sua Caixa de Reformas e sabe que o seu capital que no Banco não podia render um centil, se transformou, felizmente, em bens imóveis cujo juro legal, honesto e humano, dará o rendimento necessário para assegurar a continuidade da obra de previdência.

O bairro de Alvalade, obra social em que se procura atender à justa ambição da classe média de hoje—classe de trabalhadores que se sacrifica e que, tantas vezes, esconde o seu próprio sacrifício—dando-lhe moradia moderna e higiénica e preços acessíveis, está inaugurado e a sua conclusão não tarda. Sessenta por cento dos seus prédios destinam-se às famílias que devido ao plano de urbanização da capital, têm de deixar as suas velhas casas, e os quarenta por cento restantes são para os beneficiários das Caixas de Previdência.

Algumas dessas famílias já ontem tomaram conta dos seus lares, com os corações apertados de emoção, deslumbradas com a beleza e a qualidade das novas moradias. Numa delas, à varanda, estavam um velhote, uma senhora, um homem novo e dois miudos! A senhora apontava para longe, com os olhos molhados, com o braço esquerdo envolto no pescoço do homem ainda novo, o marido. E este, já de pijama, enquanto brincava com os caracóis de um dos filhos, dizia para a mulher e para o pai:

—Hoje já aqui não saio... Assim, vale a pena.
 A grande definição de tudo isto, na verdade: «—Assim, vale a pena!».

As janelas das casas já habitadas foram decoradas com bandeiras e colchas multicores

Claro que houve festa na Lisboa Nova. Muitas centenas de pessoas, principalmente futuros moradores — ou aspirantes a tal! — apareceram, com as famílias, porque os homens queriam mostrar a suas mulheres as casas dos seus sonhos. Tantos e tantos sonhos de felicidade foram ontem arquitectados naquelas ruas e avenidas de Alvalade! Assim, por exemplo, como o repórter do *Século* ouviu: «As cortinas têm de ser cor-de-rosa, para darem com a cor do prédio...»

ladeado pelos membros do Governo, presidente da Câmara, governador civil, etc.

«Vai o Mundo tão pouco propício a exemplos de solidariedade que bem podemos alegrar-nos com mais esta prova de quanto Portugal está longe do Mundo!» — disse o sr. tenente-coronel Salvação Barreto

Usou, então, da palavra o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, que, depois de agradecer a presença do representante do Chefe do Estado e dos membros do Governo e de se referir à política de realizações anunciada e cumprida pelo Estado Novo, afirmou: «Foi em 1945 que as difíceis condições da circulação na zona central da cidade começaram a mostrar-se seriamente impeditivas do normal funcionamento da vida cidadã; as dificuldades criadas pela carência de transportes, exigiosos ou precários, juntaram-se outras que compreendiam sérios problemas de urbanização, cujas soluções tinham de ser procuradas com ampla visão das necessidades reais da população.»

(Continuação na 3.ª pág., 1.ª col.)

SERIA ERRO TRÁGICO se a paciência

de certos povos fosse considerada indicação de traqueza — disse na Assembleia da ONU George Marshall, que acrescentou:

—“Os Estados Unidos desejam abrandar a tensão mundial sem sacrifício de princípios essenciais”

PARIS, 23. — A Assembleia-Geral da ONU começou a sua sessão às 10 e 10. O general Carlos Romulo, das Filipinas, apelou para as grandes potências pedindo-lhes que façam um novo e resoluto esforço não só para encontrarem a solução das suas divergências, sem recurso às armas, mas, também, para se encontrar meio de viver em paz o tempo suficiente para se dar à Humanidade a possibilidade de construir, dentro do quadro das Nações Unidas, mais sólidas garantias de segurança.

Depois de ter salientado que esta Assembleia coincide com uma das grandes viragens da História em que se tem de decidir se haverá paz ou

guerra», Romulo passou revista às actividades da ONU durante este ano e deplorou que «a Organização não disponha de uma força que lhe permita assumir a responsabilidade de resolver os conflitos a propósito dos quais seja chamada a tomar decisões».

«Estamos resolvidos a salvar as gerações futuras e a nossa do calvário da guerra» — disse Marshall

Depois, Marshall, secretário de Estado americano, disse que o seu governo não deseja aumentar a tensão internacional, mas que de maneira alguma está disposto a ceder nos princípios essenciais. «Esperamos que se encontre maneira de promover a paz com justiça. A despeito da acção cooperadora da maior parte dos países para restabelecer a paz, os chefes de outras nações criam profundas brechas na solidariedade mundial.»

(Continuação na 5.ª pág., 2.ª col.)



O representante do Chefe do Estado, membros do Governo e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, à direita, no Bairro de Alvalade, entrando na Escola Primária, onde se realizou a sessão inaugural da Lisboa Nova

IMPORTANTE OFERTA de mobiliário Adico para o posto médico da Colónia Balnear Infantil do «Século»

O *Século* publicou, há tempo, uma reportagem acerca de uma visita às fábricas Adico, de Avanca, importante conjunto industrial do fabrico de mobiliário e material cirúrgico fundado pelo sr. comendador Adelino Dias Costa, e dos seus representantes em Lisboa, Sanotécnica, Limitada.

E a sala de jantar não pode ser escura, tem de ser amarela, clarinha, com cretones alegres, loiças bonitas... Não penses que quero uma mobília dessas holandesas! Não, aquilo tem de ser português, inteiramente, profundamente português: nas saletas, nas cortinas das janelas, nos vasos das varandas, no desenho dos jardins. Não precisamos copiar — porque fomos nós que descobrimos esta solução magnífica de juntar casas pequenas com casas grandes, moradias elegantes com simples e pobres lares e jardins para toda a gente.

O acto inaugural da Lisboa Nova — cerimónia que fica a marcar, é justo acentuá-lo uma vez mais, uma data que não pode ser esquecida na história da capital, facto de assinalar que se deve à clarividência e à esplêndida energia criadora do tenente-coronel Salvação Barreto, presidente do Mu-

A INGLATERRA tem obrigação de manter as suas forças de forma a poderem

CONCURSO DE CABEÇAS

Hoje das 10 às 12 e das 14 às 18 continua no Salão de Exposições do «Século» a entrega dos prémios aos correspondentes às 25.ª e 26.ª edições

1 a 25.ª

AVISO IMPORTANTE

A fim de evitar aglomeração de pessoas e tempo perdidos, avisamos todos os concorrentes que a entrega dos prémios é feita aos números das senhas, e quem não vem vir retirá-los sem se certificar do dia a que corresponde a

OS SRS. CORONEIS Lopes da Silva e Anselmo Vilardebó

foram promovidos a brigadeiros



ALBUQUERQUE Thomas à presidência após hoje lutar com os segunhos impostos vernamente facilidade de rta de p vor do

A LISBOA NOVA

(Continuado da 1.ª página)

O descongestionamento daquela zona mais populosa da capital impunha-se com a premência dos grandes problemas e exigia solução larga e arrojada. A Câmara tomou, como lhe cumpria, a iniciativa de a mandar estudar e dar ao resultado desses estudos a aplicação prática necessária.

Apurada a solução urbanística para o descongestionamento da Baixa encontrou-se a Câmara em face do problema suscitado pela necessidade da desocupação de milhares de famílias alojadas em casas de rendas baixas, em más condições de salubridade e sem possibilidades de se realojarem pelos seus próprios meios.

E o dilema pôs-se: ou a Câmara cuidava do realojamento das famílias para depois serem possíveis as obras de urbanização necessárias, e neste caso estas teriam de aguardar a efectivação prática de um largo empreendimento de construção de habitações de renda barata, ou a Câmara se orientaria pela realização imediata das obras de urbanização sem consideração pelas dificuldades que criaria aos lares desalojados. Considerando o aspecto humanitário do problema, a Câmara não hesitou e optou pela primeira solução.

Assim nasceu a urbanização do Sítio de Alvalade, designação simpática ao coração dos lisboetas, por recordar certa abnegada intervenção conciliatória de uma grande figura da história portuguesa.

Nós também viemos a Alvalade procurar a solução suavisada para os nossos problemas acomodando a nossa pressa às realidades impondo-nos o respeito pelos direitos dos lares afectados. De mais o Governo prevê a hipotese e deram-nos já a lei 2.007, das casas de renda económica. Valia a pena tentar e a Câmara lançou-se corajosamente na empresa e em pouco tempo os serviços municipais produziram um dos estudos que mais honram a técnica portuguesa: a urbanização de uma área saluberrima de 230 hectares limitados por 3 arruamentos de 1.ª categoria: Avenida Afonsoeiro, hoje Avenida do Brasil, Campo Grande, Avenida do Aeroporto e pela linha férrea, e atravessada por outras três—Avenida de Roma, Avenida dos Estados Unidos da América e Avenida da Igreja, numa zona circundada por extensões inteiramente livres de construção, que permitiu, assim, certas possibilidades no estudo da conveniente densidade da população a alojar. O plano comporta 8 células para mais de 5.000 pessoas cada uma, agrupadas em torno de um núcleo escolar de ensino primário de acesso cómodo e seguro. Centros cívicos, sociais, de abastecimento, de ensino secundário ou técnico, industriais, comerciais, de administração pública, etc., tudo servido por transportes convenientes, foram previstos nesse trabalho com que os serviços municipais dotaram a cidade, não apenas os seus arquivos. Reitero, neste momento os meus agradecimentos e cumprimentos pela competência, dedicação à cidade e amor ao serviço público de que deram provas bastantes nesse trabalho e, mais ainda, na sua ulterior organização prática, modelo de técnica esclarecida e previdente a que, aliás, o Governo prestou justa homenagem pelo ministro das Obras Públicas, animador das grandes iniciativas e profundo conhecedor do valor dos técnicos municipais; homenagem, portanto, que foi para os serviços prémio valioso; para a administração municipal e, pessoalmente, para mim, motivo de profunda satisfação tão certo é que, somente, vive no serviço público prestígio dos meus colaboradores e o bem da cidade que tenho a honra de administrar.

Depois de prestar homenagem ao talento e competência técnica dos enqs. Arantes de Oliveira e Alexandre Vasconcelos e Sá e arquitectos Jacobety Rosa e Faria da Costa, os criadores de Lisboa Nova, o orador terminou com as seguintes palavras:

—Havia que resolver um problema dos meios financeiros indispensáveis já que não mostravam atracção manifesta para estas construções os capitais particulares engodados de preferência na construção de prédios de renda livre, capazes, portanto, de remunerações altas. Tornou-se pois, necessário, procurar o investimento na obra, de capitais de administração mais sensível ao interesse geral da população para lhe dar um primeiro impulso que constituísse prova de possibilidade de construção económica e exemplo sugestivo oferecido aos capitais particulares. Ainda neste aspecto são devidas honras ao Governo a cujo chefe prestigioso, portanto, eu não quero mais calar a minha alusão directa e pessoal para exprimir a muita gratidão pela prova de confiança que representou para a Câmara de Lisboa o interesse que em todos os momentos manifestou por esta obra, e a cujo apoio portanto, se liga desde a primeira hora o êxito alcançado. Apoio que se reafirmou a partir do momento em que o sr. subsecretário de Estado das Corporações numa visão clara dos problemas citadinos, tomou para si o estudo da possível intervenção das Caixas de Previdência na realização do impulso inicial indispensável. Esta valiosíssima colaboração sem a qual o propósito municipal não teria realização prática avalia-se notando que ela se traduziu no emprego de quase 200.000 contos postos à disposição da Câmara para aquisição dos terrenos, construção dos primeiros 302 prédios e pagamento das despesas de administração.

«Neste momento já algumas casas estão ocupadas, outras o vão sendo com o entusiasmo legítimo de quem, enfim, vê realizadas esperanças tanto tempo acalentadas. A Câmara auxilia as mudanças sempre que pode e julga justo esse auxílio. Assim, tudo se vai fazendo em largo espírito de solidariedade como se a obra do Município e da Federação das Caixas de Previdência fosse de todos e todos quisessem, de facto, dar da sua parte alguma coisa de esforço e de boa vontade.

Regozije-mo-nos por isso.

«Vai o Mundo tão pouco propício a exemplos de solidariedade e colaboração que bem pudemos alegrar-nos com mais esta prova de quanto em Portugal se está longe do Mundo».

O sr. eng. Calheiros de Meneses, presidente da Federação das Caixas de Previdência, focou a alta importância da cerimónia

Falou, a seguir, o sr. eng. Calheiros de Meneses, presidente da direcção de Habitações Económicas da Federação das Caixas de Previdência, que começou por se referir à alta importância e especial significado da inauguração do bairro, pondo em foco o contributo financeiro daquela Federação, dizendo, depois:

«A tarefa a que metemos ombros, segundo a superior determinação do sr. subsecretário de Estado das Corporações, significa já importante contributo ao propósito governamental de facultar a todos os portugueses um lar higiénico, confortável e ao seu alcance. Mas não bastará dispormos de capital e de técnica, quando se pretenda generalizar o benefício a famílias de mais modestos proventos, ao menos através das reservas da previdência, que carecem na sua aplicação de determinada taxa de juro.

As rendas baixas, em todos os países, são obtidas sempre mediante subsídios pedidos, quer ao capital quer aos alugueis. Entre nós, portanto, a solução terá de ser semelhante se quisermos ampliar a obra, como a justiça social exige. Neste ponto sente o presidente da Federação o defeso da matéria, de muito ultrapassando a sua esfera de acção e de competência.

E, a terminar, afirmou:

«Esclarecidas e convencidas todas as sãs consciências deste Mundo revoltado do após-guerra, sobre os sinistros intentos das doutrinas do comunismo e seus disfarçados derivados, fica-nos maior certeza numa evolução segundo os princípios da civilização ocidental e com respeito da melhor tradição europeia. Ora, é exactamente nestas circunstâncias que a responsabilidade de encarar as necessidades sociais dos povos mais perecedores se alyta, cujo epíteto só será merecido se as elites, cujas obrigações se mantiverem».

O sr. subsecretário de Estado das Corporações evocou o 15.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional

Por fim, usou da palavra o sr. dr. Castro Fernandes, subsecretário de Estado das Corporações, que evocou o 15.º aniversário da promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional, apontando os seus intuitos sociais e a sua utilidade e referindo-se, depois largamente aos objectivos da Federação das Caixas de

Previdência, colaborando, financeiramente, com a Câmara Municipal de Lisboa na construção do Bairro de Alvalade. E, mais adiante, o orador afirmou:

—Apontam-se duas formas de organização financeira do seguro social, que são a repartição e a capitalização. Mas estas duas formas são, na prática, bem mais difíceis de distinguir do que à primeira vista se afigura. Didacticamente, entende-se por repartição o sistema em que os encargos do seguro são divididos, aritmeticamente, por todos os segurados, por forma tal que as receitas encaixadas durante um ano sejam as suficientes e necessárias para fazer face às despesas no mesmo período. Ora, para que os compromissos assumidos possam ser cumpridos têm, ao avaliar-se a receita necessária e suficiente para certo período, de se prever «todos os casos» que dão origem a despesas. Para tanto, o grupo de segurados deve evoluciona segundo leis de suficiente confiança. Quer isto dizer que só pode aplicar-se o método da repartição (a menos que se cometam erros grosseiríssimos) quando os factores individuais não tenham influência, isto é, quando o seguro se generaliza a todos os elementos de um grupo bem identificado, que evoluciona segundo leis conhecidas. É o caso da população inteira de um país. Se o seguro for nacional, isto é, extensivo a «todos» os habitantes, pode, com razoável segurança, escolher-se o sistema de repartição, visto existir o conhecimento pleno das leis demográficas e, portanto, a possibilidade de uma previsão suficientemente correcta.

Mas, desde que o seguro se aplica apenas a um ou mais estratos profissionais, a uma ou a diversas actividades, não existem leis que traduzam a evolução desses grupos mais ou menos extensos, mas sempre delimitados. Com efeito, os factores económicos, as descobertas científicas e múltiplas outras causas determinam, frequentemente, bruscas alterações de composição ou de comportamento desses grupos.

«Construindo este bairro, a Previdência proporciona aos trabalhadores benefícios que ultrapassam o seu esquema»

O sr. dr. Castro Fernandes fez, depois, largas considerações sobre seguros sociais e terminou assim o seu discurso:

«A acumulação dos capitais, por intermédio da previdência, põe a disposição da economia nacional importâncias formadas por pequenas economias, directa ou indirectamente realizadas a custa dos ordenados e salários que seriam, sem o seguro, quase fatalmente consumidos. Todas as vantagens reconhecidas pelos economistas à poupança individual existem no seguro social e ainda a vantagem adicional de muito maior estabilidade dos recursos investidos.

A utilidade das colocações proporcionais, «a priori» e sob reserva de existirem as condições de segurança, rendimento e liquidez, um critério essencial para a escolha dos investimentos. Esta utilidade pode ser apreciada por forma diferente, conforme se encara o valor económico ou o valor social dos investimentos. É evidente o interesse que existe em empregar os fundos acumulados em condições tais que a situação sanitária e o nível de vida dos segurados melhorem.

«Por outro lado, os investimentos podem ser efectuados por forma a favorecer a valorização económica do País, criando novos meios de produção, provocando o acréscimo do rendimento nacional e determinando, consequentemente, a elevação geral do nível de vida. Trata-se de matéria extremamente delicada, em que não pode adoptar-se posição rígida e unitária, havendo sempre que considerar os casos de espécie e que manter um prudente equilíbrio. Há, tem de haver uma política dos investimentos da Previdência. Por isso mesmo, é evidente que seria correr grave risco deixar às instituições inflexível liberdade para colocarem directamente os seus capitais no ramo de produção que lhes parecesse útil desenvolver, consentir-lhes que livre e directamente explorassem os meios de prevenção sanitária ou de cura, ou, ainda, permitir-lhes que construíssem, onde e quando o entendessem, bairros de habitações económicas. A questão é essencialmente uma questão de bom senso. E este só pode exercer-se com a visão de conjunto e com a garantia da coordenação dos esforços.

Em primeiro lugar (e foi o que se fez entre nós) deve determinar-se a parte dos fundos que a Previdência pode colocar directamente, em realizações de carácter económico e social. Depois, há que ter em consideração a regra de que o seguro social deve, pelo menos moralmente, associar-se ao seu próprio interesse à política económica, social e monetária do Estado, que se define em função do interesse geral. Por último, na intervenção imediata dos investimentos do seguro na economia deve ter-se em vista, constantemente, a necessidade de excluir e acção de riscos excessivos.

As aplicações de capitais da Previdência na construção de bairros de casas de renda económica não se desviam, antes obedecem estritamente às condições clássicas. Por sua natureza, os investimentos em propriedade urbana deste tipo oferecem uma segurança, quanto ao capital e ao juro que se pode considerar perfeitamente tranquilizadora. Quanto ao rendimento, é óbvio que refere à liquidez, as condições anteriores pressupõem-na. E não parece discutível a utilidade social de uma obra como esta de Alvalade que vem concorrer em grau tão notável para a resolução do problema da habitação dos que trabalham. Ela só foi possível graças à coordenação dos meios disponíveis da Previdência, à unificação dos esforços realizados através de uma organização especializada, à direcção unitária da política dos investimentos.

Edificando este bairro, construindo estas duas mil habitações, a Previdência proporciona aos trabalhadores nela inscritos benefícios que ultrapassam o seu esquema, benefícios traduzidos na facilidade de fixarem o seu lar em condições de conforto e de economia. Não estamos, desta vez, em presença de benefícios deferidos, de acordo com as exigências imperitáveis do sistema adoptado. Estes benefícios, que estão à margem dos compromissos assumidos e que resultam da orientação dos investimentos, são de carácter imediato, efectivam-se à conclusão das habitações, efectivam-se neste momento em que inauguramos o Bairro de Alvalade.

Cumpriram-se as promessas. Os princípios proclamados há quinze anos são as realidades de hoje em que palpita o mesmo espírito, em que se afirma a mesma ansiedade de criar uma existência melhor, mais alta e mais digna, em que a segurança dos trabalhadores seja o corolário natural do seu esforço, do seu destino e da sua missão. Não foram letra morta as grandes declarações do Estatuto do Trabalho Nacional, a sombra das quais se gizou a nossa política social. São elas que nos traçam o caminho e que nos iluminam o futuro».

Os membros do Governo e demais convidados, depois da sessão solene, visitaram três casas de tipo diferente, duas delas mobiladas, em estilo rustico, segundo o modelo aprovado em concurso pela Federação das Caixas de Previdência.

Os membros do Governo felicitaram os presidentes da Câmara e engenheiros que participaram na grandiosa obra.

DR. MIGUEL DE MAGALHAES

Monitor da clínica de Necker-Paris. Rins e vias urinárias, sífilis. Trav. Nova S. Domingos. 9. as 2 1/2. Tel. 29062.

MATINEE A PREC
CONDES A ESTRADA
As 15,30 e 21,30 Willard Parker, Marguerite

Amanhã, reposição do melhor
JAN KIEP
A CANÇÃO DUM
com MAGDA

H

PAR

COM

NO

Prog

RO

VA

Em 2

0 gran

da

LU

VAS

à fre

2 HO

NENT

PREQ

...e à

Domin

PAR

Um film

Maravilh

John Ho

Batalha

Edward

e Marsha

Metro

O AMO

S

DE

UM V

GRAN

Um

MINE

MAR

em 2 se

ULT

SÓ

A en

DIS

EU

A UNIC

que se d

DOMIN

DES

Em ex

O PIRA